



As transformações do Estado no desenvolvimento capitalista contemporâneo: do capitalismo regulado ao capitalismo neoliberal

The transformation of the state in contemporary capitalist development: from regulated capitalism to neoliberal capitalism

DOI: 10.23925/1806-9029.36i2(66)68880

Autor: **Acson Gusmão Franca** – Mestre em Economia pela Unicamp. Doutorando em Economia pela UFRJ. Email: acson.franca@ppge.ie.ufrj.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4303-2251>

Resumo

Esse artigo discute as transformações que ocorreram no papel do Estado em relação ao desenvolvimento capitalista em dois importantes momentos históricos distintos: os anos dourados (1945 - 1970) e o período pós-1970. Desse modo, procura-se compreender como o mesmo alterou a sua forma e reorientou as suas funções, com o principal intuito de garantir ao capital as condições para a sua valorização; primeiro, na esfera produtiva, e, em seguida, na esfera financeira. Em suma, esse esforço de síntese nos permitirá construir uma revisão crítica acerca do Estado, tanto na sua formatação Keynesiana quanto na Neoliberal, revelando os reais interesses que estão por trás da sua intervenção e as consequências disso para as esferas do capital e do trabalho.

Palavras-chave: Estado. Capitalismo. Keynesianismo. Neoliberalismo. Crise.

Abstract

This article discusses the transformations that occurred in the role of the State in relation to capitalist development in two important different historical moments: the golden years (1945 - 1970) and the post-1970 period. In this way, we seek to understand how it changed its form and reoriented its functions, with the main aim of guaranteeing capital the conditions for its valorization; first, in the productive sphere, and then in the financial sphere. In summary, this synthesis effort will allow us to build a critical review of the State, both in its Keynesian and Neoliberal format, revealing the real interests that are behind its intervention and the consequences of this for the spheres of capital and labor.

Keywords: State. Capitalism. Keynesianism. Neoliberalism. Crisis.

JEL: B14; P1; P16;



Introdução

Ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, o Estado sempre foi um componente estrutural indispensável a acumulação. Historicamente, as funções por ele assumidas nas diferentes esferas prezavam muito mais pela defesa dos interesses irrestritos do capital e da classe dominante, do que daqueles da classe trabalhadora¹. Entre os séculos XVIII e XIX, por exemplo, todos os esforços do “Estado liberal” foram direcionados a construir uma infraestrutura, que viabilizasse a consolidação de uma indústria capitalista moderna e integrada, como ocorreu, num primeiro momento, na Inglaterra², e posteriormente, na França, Alemanha, Estados Unidos, Japão, etc., e nos países da América Latina. Baseado no modelo ideológico do *laissez-faire*, o capitalismo, além de criar as condições necessárias para o avanço das forças produtivas, de maneira a disseminar a industrialização para outras regiões do globo, gerou uma série de transformações sistêmicas nas décadas seguintes, aguçando ainda mais as suas contradições (Oliveira, 2003).

Desse modo, à medida que o processo de valorização do capital produtivo se ampliou, a ponto de se deslocar para a esfera financeira, as barreiras impostas ao mesmo tornaram-se mais robustas, enquanto os problemas criados nesse período nas esferas social e do trabalho ficaram mais evidentes. Essa dinâmica contraditória fez do referido modelo cada vez menos funcional à reprodução do capital, o que desembocou na segunda crise estrutural, iniciada em 1929 e concluída após o final da Segunda Guerra Mundial (Balanco; Pinto, 2007)³. A referida crise demonstrou, não apenas os limites do Estado liberal, mas a incapacidade de as chamadas “leis de mercado” conduzirem a economia capitalista, de modo a garantir o seu equilíbrio e a sua estabilidade no longo prazo. Em virtude disso, a intervenção direta do Estado na economia na implementação de medidas e estratégias para conter os efeitos desta e de outras crises econômicas que sobrevieram em seguida mostrou-se necessária ao desenvolvimento capitalista. Assim, o Estado começou a se apropriar de funções cada vez mais estratégicas ao padrão de acumulação capitalista vigente, tornando-se o principal aporte do capital.

Pensando nisto, o presente trabalho se propõe a discutir as transformações que ocorreram no Estado e nas suas funções desde o imediato Pós-Segunda Guerra, quando o mesmo atuou na manutenção da ordem capitalista regulada, até a fase contemporânea

¹ Essa concepção marxista do Estado, na qual se baseia o presente trabalho, considera o mesmo uma instância contraditória, haja vista os interesses por ele representados, através de sua intervenção. Por isso, ela se torna tão relevante para esse trabalho e para outras pesquisas que seguem essa mesma perspectiva teórica.

² De acordo com Arrighi (1996), as transformações que aconteceram no capitalismo no século XIX se deram de forma articulada com as relações inter e intra-estatais, constituídas com o estabelecimento da supremacia inglesa no sistema mundial. Nessa fase, a Inglaterra, pioneira no processo de industrialização, passou a liderar uma Ordem Liberal Burguesa assentada no livre-comércio multilateral, principalmente, a partir da segunda metade do século XIX, com base no Tratado de Comércio Anglo-Francês.

³ A crise atingiu a totalidade do mundo capitalista, provocando impactos diversos, como: (i) forte deflação de ativos; (ii) crises bancárias recorrentes; (iii) intensa queda dos preços das mercadorias; (iv) desvalorizações competitivas das moedas nacionais; (v) a ruptura do padrão-ouro; (vi) o colapso da produção industrial; e (vii) a forte elevação do desemprego que chegou a alcançar a taxa de 40% da população economicamente ativa em alguns países centrais (Balanco; Pinto, 2007, p.34).



(pós-1970), marcada pela ascensão e avanço das reformas neoliberais. Esse esforço de síntese será importante por nos permitir revisitar o capitalismo nesse ínterim em que o Estado alterou a sua forma e reorientou o seu *modus operandi*, na tentativa de assegurar ao capital as condições para a sua valorização; primeiro na esfera produtiva e, posteriormente, na esfera financeira.

Para a realização desse objetivo principal supracitado, faz-se necessário uma revisão de literatura, fundamentada em autores que, ao revistarem a trajetória capitalismo no último século, discorreram sobre a importância do Estado na sua dinâmica cíclica, à luz de uma perspectiva teórica marxista, tais como: Balanco & Pinto (2005; 2007); Baruco (2011); Baruco & Carcanholo (2006); Brenner (2003); Carcanholo (2009; 2011); Chesnais (1995; 1996); Miranda & Carcanholo (2020a; 2020b); Paulani (2006); Pereira (2018), Ribeiro Mendonça (1986), dentre outras citadas ao longo desse trabalho.

Isto posto, esse artigo está organizado em três seções complementares. A primeira tratará do Estado Keynesiano de “bem-estar” e do aparato regulatório por ele criado, para que a economia capitalista iniciasse uma nova fase expansionista, orientada pelos anseios da grande corporação norte-americana. Na segunda seção será realizada uma síntese da crise dos anos 1960/70, no sentido de mostrar como a conjuntura de instabilidade sistêmica do capitalismo exigiu uma mudança na postura do Estado e nos seus mecanismos de ação. A terceira seção versará sobre essa nova formatação do Estado que se espalhou pelo mundo contemporâneo a partir dela; o Estado neoliberal. Nessa última fase, a relação estabelecida entre o Estado e o mercado foi alterada, para promover a restauração do poder das finanças, o que intensificou aquela que é a contradição inerente ao modo de produção capitalista (produção x apropriação de riqueza).

O Estado Keynesiano de “Bem-Estar”

Em linhas gerais, a crise de 1929 constituiu um momento de inflexão tanto na história do capitalismo mundial, quanto na teoria econômica⁴. Desde então, o capitalismo resolvera adotar um modelo de desenvolvimento inspirado nas teses keynesianas, como forma de dirimir os impactos deletérios dessa crise nas esferas econômica e social, e, em seguida, promover a retomada do processo de acumulação. De antemão, isso ocorreu através da implementação do programa de recuperação da economia americana, o chamado *New Deal*, o qual “estabelecia uma reformulação da presença estatal na economia, não apenas em termos normativos, mas, também, como esfera (ramo) da produção” (Balanco; Pinto, 2005, p.167).

No entanto, foi somente no período que abrange o imediato pós-Segunda Guerra Mundial e se estende até meados da década de 1960, que esse redimensionamento nas formas de atuação do Estado se efetivou, de fato, para viabilizar o novo padrão de

⁴ O crescimento da recessão econômica, do desemprego etc., nos Estados Unidos e em outras economias mundiais colocou à prova a principal tese da lei de Say, de que produção criava sua própria demanda. Como consequência, a teoria de Keynes se ascendeu, enaltecendo a importância da intervenção do Estado, para aumentar a demanda e estimular em consequência a produção e o emprego. (Dos Santos, 2002).



acumulação que se ascendia, sob a égide da economia-norte-americana (CAMPOS, 2009). Nesse ínterim, o Estado capitalista criou um aparato regulatório institucional e novas formas de controle social (*welfare state*), que, de maneira integrada procuravam garantir o financiamento do capital produtivo, a expansão da grande empresa e a “conciliação” entre os interesses do capital e do trabalho, como apontaram Balanco & Pinto (2007):

Essa acentuada inflexão relacionada às atribuições socioeconômicas do Estado capitalista baseou-se em dois elementos fulcrais, quais sejam, (i) um inquestionável aparato de regulação com o propósito principal de enquadramento do capital financeiro e seu direcionamento para o financiamento da produção através do planejamento, considerado necessário à própria dinâmica do capital naquele momento histórico; e (ii) uma acomodação das contradições entre capital e trabalho por meio de certas concessões, por parte do capital, aos trabalhadores dos países centrais (compromisso keynesiano-fordista ou estratégia de harmonização) e de forte coerção, por parte das ditaduras militares, dos frágeis movimentos operários dos países periféricos (BALANCO; PINTO, 2007, p.25).

A realização dos acordos de Bretton Woods (1944) foi uma das primeiras e principais medidas adotadas em prol desta estratégia indicada⁵. Estes, por sua vez, provocaram um reordenamento internacional, a partir da criação de um novo padrão monetário (padrão ouro-dólar)⁶, composto por várias instituições multilaterais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e GATT), que passaram atuar na coordenação e controle das relações internacionais, incluindo os fluxos financeiros, de capitais e de mercadorias (Balanco; Pinto, 2005). Através desses acordos, a economia norte - americana começou a gerenciar o desenvolvimento capitalista e a exercer o seu interesse nacional, não apenas em benefício da classe capitalista interna, mas da extensão e reprodução do capitalismo global (Panitch; Gindin, 2006)⁷.

Em outras palavras, mediante a essa infraestrutura regulatória, que definiu uma nova ordem liberal no comércio internacional no pós-guerra, foi firmado um novo vínculo de dependência das economias capitalistas com o sistema financeiro norte-americano, o

⁵ “O sistema monetário de Bretton Woods (padrão dólar-ouro), um dos elementos mais importantes da estratégia de recuperação, configurou-se a partir de três elementos fundamentais: 1) taxas fixas de câmbio, mas ajustáveis, em virtude de “desequilíbrios fundamentais” associados aos balanços de pagamentos; 2) a aceitação do controle dos fluxos de capitais internacionais; e 3) a criação do FMI para monitorar as políticas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos desequilibrados” (Balanco; pinto, 2007, p.36).

⁶ Esse padrão monetário, que funcionou como uma das bases de sustentação dos anos dourados do capitalismo, garantindo a hegemonia norte-americana, determinava a convertibilidade direta do dólar em ouro, isto é, a existência de uma paridade fixa, impedindo a desvalorização da moeda americana (Eichengreen, 2000).

⁷ “Em nenhum lugar foi confirmada mais claramente esta imensa capacidade gerencial que o estado norte-americano havia desenvolvido para converter esta perspectiva em realidade que na conferência de Bretton Woods em 1944. A comissão responsável por criar o FMI foi dirigida, e atentamente controlada, por um homem do New Deal, Harry Dexter White, para o Tesouro norte-americano, e ainda que Keynes tenha dirigido a comissão que planejou o que logo seria o Banco Mundial e várias comissões sob seu comando não terem sido de responsabilidade de norte-americanos, todas tinham secretários e relatores nomeados e atuando sob instruções de White” (Panitch; Gindin, 2006, p.36).



qual passou a financiar tanto as estratégias de reconstrução das economias centrais, como o Plano Marshall⁸, quanto as de desenvolvimento das economias periféricas (Pereira, 2018). Como consequência, o Estado norte-americano pôde interferir nos rumos do desenvolvimento capitalista global, criando novas regras, leis e regulamentações e outras formas de intervenção, que cooperaram para a extensão da sua soberania para além de suas fronteiras, como afirmaram Panitch e Gindin (2006, p.39):

A soberania dos Estados Unidos era tamanha que os países capitalistas centrais poderiam continuar se beneficiando da clivagem Norte-Sul, mas qualquer intervenção teria de ser iniciada, ou mesmo aprovada pelos EUA. Somente os EUA podiam, então, arrogar-se o direito de intervenção contra a soberania de outros estados (o que foi feito repetidas vezes ao redor do mundo) e somente o estado norte-americano reservaria para si próprio o direito “soberano” de rechaçar normas e leis internacionais quando fosse necessário. É neste sentido que apenas o estado norte-americano foi ativamente “imperialista”.

Nas economias periféricas, essa influência se materializou, sobretudo, nas estratégias de desenvolvimento propostas pelos Estados nacionais. Para atender a essas exigências do Estado e os interesses da grande empresa norte-americana, esses países tentaram reproduzir a indústria e os padrões de consumo dos países industrializados, centrados especificamente nos bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, automóveis, etc.). No entanto, as mesmas se esbarravam nas dificuldades internas que ambos enfrentavam para conseguirem concluí-las, de forma autônoma, tais como: debilidades tecnológicas, estreiteza do mercado interno, problemas com a coordenação e controle das decisões, financiamento, restrições no balanço de pagamentos, dentre outros, que fizeram da industrialização periférica cada vez mais subordinada aos capitais estrangeiros, sobretudo, daqueles oriundos dos EUA e da Europa (Medeiros, 2011)⁹.

O predomínio dessa macroestrutura keynesiana, criada pelo Estado para consolidar o projeto hegemônico estadunidense no pós-guerra, gerou algumas transformações econômicas, sociais, institucionais e, inclusive culturais nas economias capitalistas, consubstanciadas nos “anos dourados” do capitalismo (1945-1970). Nesse período, a maioria das economias capitalistas desenvolvidas e algumas subdesenvolvidas vivenciaram uma fase ascendente no seu processo de acumulação, conduzida pela grande

⁸ Segundo Arrighi (1996, p. 306), o “Plano Marshall iniciou a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norteamericana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais da década de 1950 e 1960”.

⁹ No caso brasileiro, por exemplo, a industrialização ocorreu às custas de uma maior participação desses capitais estrangeiros na realização das metas setoriais propostas, primeiramente, no governo de Getúlio Vargas e, sobretudo, no governo de Juscelino Kubitschek, durante o Plano de Metas (1956-1961). Posteriormente, durante os governos militares (1964-1979), as reformas realizadas pelo Estado autoritário, serviram para ampliar as condições que permitiam uma maior mobilidade ao capital internacional, aprofundando assim a nossa dependência externa. Para maiores informações sobre esse processo de industrialização dependente, ver: FRANCA, A.G. *Capitalismo dependente e limites do planejamento econômico no Brasil: revisitando o Plano de Metas (1956-1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – UNICAMP, Campinas – SP, 2018.



empresa norte-americana, como pode ser corroborado no crescimento dos índices de produção, produtividade, empregos, salários reais, etc. E na queda acentuada nos níveis de inflação¹⁰ (Balanco; Pinto, 2005). Sobre essa fase, Pereira (2018) apresentou alguns dados relevantes, os quais podem ser observados a seguir:

O período compreendido entre 1945 e meados dos anos 70 pode ser considerado excepcional. Em nenhum momento da história deste sistema econômico, seja anteriormente, seja posteriormente a esse período, a riqueza social foi produzida de forma tão acelerada, ampliando, principalmente nas economias avançadas, a renda agregada e per capita. Os países de diversos continentes e regiões do mundo cresceram a uma taxa média de aproximadamente de 5% a.a.⁹ – com destaque para a exuberante taxa de crescimento de 9,3% a.a. do Japão. A taxa média de crescimento da renda per capita cresceu mais que o dobro nos anos dourados, quando comparada com as décadas pretéritas e posteriores, com destaque para os países ocidentais economicamente avançados, principalmente a Europa Ocidental e o Japão – cujas taxas de crescimento médias anuais estiveram acima dos 4% e 8% a.a., respectivamente (Pereira, 2018, p.22).

Para as economias desenvolvidas, esse aumento das taxas de lucro supracitado se deu graças ao capital fixo (máquinas e equipamentos), que, além de manter a produtividade da indústria doméstica, era importado pelas economias periféricas em processo de desenvolvimento, por um alto preço, para serem utilizadas nas indústrias nascentes¹¹. “Entre 1950 e 1973, a taxa de lucro líquido, em média anual, foi de 24,35% nos EUA, 23,1% na Alemanha e 40,4% no Japão” (Brenner, 2003, p.94). Na esfera do trabalho, além dos resultados já indicados, o Estado Keynesiano de Bem-Estar conseguiu conceder algumas benesses à classe trabalhadora, porém, isso se restringiu apenas a alguns países centrais. De acordo com Hobsbawn (1995), o “Estado de Bem-Estar Social” constituiu-se, de fato, somente a partir da década de 1960. Nesse período, os gastos com seguridade social – manutenção da renda, assistência, educação – se tornaram a maior parte do total dos gastos públicos, e as pessoas envolvidas nas atividades de seguridade social formavam o maior corpo de todo o funcionalismo público.

Ademais, com relação às contradições entre o capital e o trabalho, as quais o Estado propunha acomodá-las, isso também não ocorreu em todas as economias do globo. Na Europa, empregou-se o reformismo social-democrata baseado na participação direta dos trabalhadores de forma associada ao capital; “já nos Estados Unidos configurou-se uma racionalização fordista-taylorista que permitia a efetivação de ganhos salariais aos trabalhadores” (Balanco; Pinto, 2007, p.38). Em outras economias, como nas periferias, estas contradições vieram a se intensificar, principalmente, no final da década de 1960, quando essa fase expansiva começou a se esgotar, em virtude da superprodução de capitais, desembocando na crise estrutural de capital.

¹⁰ No livro, *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial* (2003), Robert Brenner apresentou uma série de dados e informações referentes a esse período.

¹¹ Durante a execução do Plano de Metas no Brasil, elas passaram a entrar no espaço nacional com maior facilidade, após a promulgação da Instrução nº 113 da SUMOC, a qual autorizava a importação direta de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Sendo o proprietário dos bens de produção, o investidor externo “transferia- -os para o país receptor sem receber em troca qualquer pagamento ou promessa de pagamento em divisas; em vez disso, tornava-se titular de uma cota proporcional do capital da empresa a cujo ativo os bens de produção são incorporados” (GRAEFF, 1981, p. 166)



A crise estrutural dos anos 1960/1970

Após um período de forte acumulação de capital, o capitalismo passou por grave uma crise estrutural, cujos impactos não se restringiram apenas à esfera produtiva, abrangendo a totalidade da vida social (Meszáros, 2009). Nesse momento de inflexão, “ocorreu um significativo recuo dos resultados fundamentais relacionados à lucratividade e à acumulação quando comparados com aqueles obtidos durante os primeiros trinta anos do pós-guerra” (Balanco; Pinto, 2005, p.167). Seguindo essa mesma perspectiva, Miranda & Carcanholo (2020a) discutiram sobre a natureza e os impactos dessa crise:

A crise dos anos 1960-70 representa o esgotamento do processo de acumulação cujas bases foram gestadas na crise dos anos 1930. Aquela fase expansiva se pôs, como se pode observar retrospectivamente, como um projeto discernível e com características próprias, em um arcabouço geral coerente, composto por uma miríade de organismos e regras internacionais sob a liderança estadunidense. Seu esgotamento se expressa de formas distintas. A redução na lucratividade geral do capital industrial, que resulta do sucesso do projeto de reconstrução capitalista da Europa ocidental e do Japão, indica dificuldades crescentes para a produção do mais-valor na escala exigida pelo volume de capital acumulado. A fuga maciça do capital para além da atividade produtiva – digamos assim – com a explosão do mercado de eurodólares, se explica por esse descompasso entre a produção e as necessidades sistêmicas de apropriação do mais-valor (Miranda; Carcanholo, 2020a, p.04)

Em virtude disso, as relações econômicas internacionais, que antes ocorriam de forma harmônica e estável, sob a égide da ordem econômica internacional – Bretton Woods -, passaram a se desenvolver num clima de insegurança e incerteza, com as principais divisas a flutuarem nos mercados cambiais. No plano interno, a política econômica de cada país teve que lidar com baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação, o que reduzia as expectativas de lucratividade do capital na esfera produtiva, criando um ambiente de instabilidade econômica, social e política (Mendonça, 1990).

Segundo Carcanholo (2009; 2011), a referida crise constituiu a materialização da lei tendencial da queda da taxa geral de lucro¹², observada nas principais economias capitalistas do mundo a partir do final da década de 1960, quando o longo ciclo de crescimento e prosperidade capitalista iniciado na década de 1950 começou a colapsar, em virtude da superprodução de capitais¹³. Ou seja, depois de avançar o processo de acumulação de capitais, o próprio capitalismo criou as condições para a redução na taxa de lucros e, conseqüentemente, para o acirramento das contradições intrínsecas ao seu funcionamento.

¹² De acordo com Miranda (2018, p.208): “essa lei “demonstra o caráter autocontraditório do sistema capitalista, na medida em que seu movimento determina a progressiva redundância do trabalho vivo, negando as condições de valorização do capital”.

¹³ “Superprodução de capital significa apenas superprodução de meios de produção – meios de trabalho e subsistência – que podem funcionar como capital, ou seja, que podem ser empregados para a exploração do trabalho em dado grau de exploração, e a queda desse grau abaixo de dado ponto provoca perturbações e paralisações do processo de produção capitalista, crises destruição de capital” (Marx, 1988, p.183).



A última crise estrutural do capitalismo data do final dos anos 60 do século passado. Independentemente de sua especificidade histórica, como qualquer outra crise do capitalismo, ela representou uma superprodução de capital (superacumulação) e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso. Como visto, não se trata de um excesso em relação às necessidades sociais manifestas no consumo, mas excessivo em relação às condições objetivas de manter a sua própria taxa de valorização, isto é, a taxa de lucro. Assim, superacumulação de capital em todas suas formas (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) e redução da taxa de lucro são duas faces do mesmo processo (Carcanholo, 2011, p.05).

Diante desse quadro algumas importantes e contraditórias transformações estruturais foram introduzidas, no sentido de viabilizar a transição do padrão de acumulação da esfera produtiva para a financeira, como: o fim dos Acordos de Bretton Woods (1971) e o primeiro choque dos preços do petróleo (1973) (Balanco; Pinto, 2005). A primeira destas determinou o fim do padrão dólar-ouro e a ascensão de um novo padrão monetário; o padrão dólar-flexível, cuja dinâmica de funcionamento gerou mudanças na política externa norte-americana. Desde então, o dólar se transformou em um instrumento de barganha política e econômica, num momento em que o sistema de Bretton Woods não mais atendia aos interesses dos EUA (Pereira, 2018)¹⁴.

O fim de Bretton Woods transformou as questões monetárias internacionais. A partir do momento em que os bancos centrais e governos se deram conta da existência do instrumento de veto a ser denominado política monetária, a estabilidade da taxa de câmbio passou a ser o objetivo mais importante desse instrumento. A política monetária foi usada para ancorar a taxa de câmbio, exceto durante períodos excepcionais de guerra, reconstrução e depressão. Em 1973, a política monetária desprende-se das amarras e permitiu-se que as taxas de câmbio flutuassem (EICHENGREEN, 2000, p.183).

Em outros termos, o dólar passou a atuar mundialmente como moeda fiduciária e flexível, fomentando a expansão de bancos privados e das empresas multinacionais para as economias mundiais, através do mercado de Eurodólares; o Euromercado¹⁵, como ocorreu com as economias periféricas (Rodrigues, 2022). Assim, ao invés de determinar uma crise da hegemonia norte-americana e uma queda permanente na lucratividade dessa economia, haja vista a rápida desvalorização do dólar ocorrida a partir de 1971, essa transição para o novo padrão monetário (dólar-flexível) serviu rapidamente como

¹⁴ De acordo com Pereira (2018, p.157), “a crise crônica do sistema de Bretton Woods a partir de finais de 1967 significava que as contradições entre conversibilidade e paridade fixa transformaram-se em antagonismo aberto. O crescimento das relações econômicas transnacionais sob a centralidade do dólar e do capital financeiro estadunidense desarticulou o padrão ouro-dólar. O aprofundamento do déficit estadunidense e da liquidez global contornou os mecanismos de controles de capitais através dos mercados monetários offshore e das diversificadas operações nas transações correntes”.

¹⁵ “O excesso de liquidez internacional após a Segunda Guerra Mundial, expresso pelo poder do dólar enquanto moeda internacional levou à constituição dos Eurodólares e quem se beneficiará particularmente dessa conjuntura de largueza financeira, abrindo-lhe perspectivas e oportunidades imensas, serão naturalmente, em primeiro lugar, os grandes trustes e monopólios norte-americanos, e logo em sequência, das demais potências capitalistas, em especial a Alemanha e o Japão [...]. (Prado Jr, 2006, p.347).



instrumento capitalista que consolidou o dólar como moeda universal, colocando os EUA a posição de banco do mundo¹⁶.

A segunda permitiu que os Estados Unidos ampliassem a liquidez internacional, por meio da reciclagem dos petrodólares¹⁷, o que fez aumentar de maneira rápida o endividamento dos países periféricos. Estes, por sua vez, tiveram “que recorrer ao crédito externo em meio à abundância de oferta com taxas de juros baixas e flexíveis, dando força à exacerbação do capitalismo financeiro mundial” (Rodrigues, 2022, p.555). De fato, esse processo com um todo [...]

Tanto [recompôs]o controle estadunidense sobre a oferta do dinheiro mundial, quanto [constituiu] vantagens competitivas ao capital aí baseado, assim como [encarniçou] disputas geopolíticas e [impôs] uma dinâmica nova para a afirmação dos interesses dominantes da burguesia de ordem tal que o chamado “golpe dos juros”, de 1979, aparece como seu resultado necessário (Miranda; Carcanholo, 2020a, p.04).

Em síntese, dada a necessidade da economia norte-americana se adequar às novas condições de acumulação, haja vista o movimento geral do capital na direção dos mercados financeiros, essas mudanças possibilitaram a criação de um novo espaço para a acumulação, crescentemente “descolado” da esfera da produção do mais-valor; a esfera financeira. Por conta disso, a acumulação de capital, inclusive na indústria, tornou-se dependente da dinâmica dos mercados financeiros, que passaram a atuar sob a lógica do capital fictício¹⁸, contando com o apoio estratégico do Estado (Miranda; Carcanholo, 2020b). “Como o Estado faz isso? Garante-se a ampliação dos recursos públicos para o salvamento das instituições financeiras com problemas de liquidez/solvência” (Carcanholo, 2011, p.14-15)

Diante da ascensão dessa lógica financeirizada, a criação de novas políticas econômicas, orientadas a possibilitar a retomada do crescimento exigiu uma reformulação de Estado, de maneira a instituir novas formas de intervenção distintas daquelas anteriores, inspiradas no receituário keynesiano. Essa mudança representou o “fim” do chamado “capitalismo regulado” e o prenúncio de uma nova fase no desenvolvimento capitalista, liderada pelas finanças e sob o aporte financeiro e institucional do Estado: a era neoliberal.

¹⁶ “A mundialização financeira, o crescimento do Euromercado, a internacionalização dos bancos estadunidenses e a explosão do Eurodólar contribuíram sobremaneira, tanto para o atrelamento das finanças estadunidenses às finanças internacionais – exportando padrões técnicos, logísticos e institucionais –, quanto para a consolidação do dólar nas transações financeiras mundiais” (Pereira, 2018, p.253).

¹⁷ “A reciclagem dos “petrodólares” operada neste mercado permitiu então que os países da OCDE superassem esta primeira recessão ao aumentar rapidamente suas exportações. Mas, sobretudo, ela faz surgir no final dos anos 70 a dívida esmagadora que muitos países do Terceiro Mundo carregam desde então, as transferências financeiras em direção às instituições financeiras dos países capitalistas avançados tendo sido um fator central da capacidade da esfera financeira em se consolidar e se fortalecer” (Chesnais, 1995, p.19).

¹⁸ “Segundo Marx, o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chamá-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial” (Carcanholo; Sabadini, 2009, p.43)



O Estado Neoliberal

Em linhas mais gerais, a ideologia neoliberal, que durante as décadas de 1950 e 1960 foi considerada obsoleta, face aos resultados positivos alcançados pelo Estado na atividade econômica, encontrou nessa conjuntura um ambiente propício para retornar ao cenário econômico como uma ofensiva do capitalismo ao Estado de Bem-Estar social (Ribeiro; Mendonça, 986)¹⁹. Em outros termos, dado o quadro de crescente instabilidade na esfera econômica, os “cânones keynesianos foram quebrados para promover uma nova rota de acumulação assentada na abertura de espaços para a acumulação rentista, tanto quanto para a viabilização do incremento da extração da mais-valia” (Balano; Pinto, 2005, p.44).

Essa resposta do capitalismo à crise que o mesmo atravessava tinha como principal base ideológica a tese do Estado mínimo, a qual considerava os mecanismos de mercado como a forma mais eficiente de alocar os recursos econômicos²⁰. Baseado nessa tese, qualquer interferência governamental que contrariasse esse preceito fundamental era vista como algo prejudicial ao funcionamento da economia e aos interesses do capital. Hayek e seus companheiros afirmavam que as raízes desta crise de 1970 localizavam-se no poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos dos operários, os quais corroeram as bases da acumulação capitalista, com suas pressões reivindicatórias para aumento dos salários e sobre o Estado para o aumento nos gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado (Anderson, 1995, p.02).

Teoricamente falando, a defesa do *laissez faire* tornou-se o elemento chave desta nova versão do liberalismo, na qual o Estado possuiria uma apenas uma função prescritiva, isto, de preservar as instituições que permitiam o funcionamento do neoliberalismo naquela conjuntura (Paulani, 2006). E para garantir essa liberdade absoluta de atuação aos mercados, o neoliberalismo criou um “receituário, que se traduziu em um conjunto de medidas de (i) estabilização monetária (com o objetivo de controlar a inflação); (ii) reformas estruturais (abertura externa – comercial e financeira, eliminação de barreiras fiscais, privatizações das empresas estatais, reforma trabalhista e previdenciária, etc., que “supostamente” promoveria o crescimento econômico, com uma melhor distribuição de renda (Baruco, 2011).

Na prática, porém, essas políticas não significaram uma redução do papel do Estado na economia, como pressupunha a principal tese neoliberal, e sim uma mudança na sua forma de atuação, que agora, além de ir contra as dimensões democráticas de sua intervenção, passou a estar ainda mais atrelada as demandas do capital, sobretudo na esfera financeira (Baruco; Carcanholo, 2006). Segundo Dumenil e Levi (2004), essa nova

¹⁹ Na certidão de nascimento do neoliberalismo, o seu ano de registro é o 1947. Nessa ocasião “Hayek convocou para uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça), aqueles que compartilhavam seu credo. Dentre os que acorreram ao chamado, encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins e Ludwig Von Mises”. (Paulani, 2006, p.05)

²⁰ Esta tese foi retratada por Hayek (1987, p.193) na seguinte frase: “foi à submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que sem isso, não se teria desenvolvido”.



ordem social que emergiu após a destruição do *Welfare State* e se espalhou pelas economias mundiais prezava, principalmente, pela busca de novos espaços de acumulação, capazes de restaurar a hegemonia das finanças, característico das décadas anteriores à crise de 1929.

Para tanto, o Estado neoliberal nascente passou a incidir no capitalismo contemporâneo, em grande escala, através dessas reformas e de outras políticas econômicas direcionadas a garantir a expansão brutal da financeirização e da exploração do trabalho, bem como a reafirmação da hegemonia norte-americana (Miranda; Carcanholo, 2020a). As medidas de desregulamentação financeira implementadas nesse sentido, aliadas às reformas por ele propostas para o mercado de trabalho, além conferir uma maior mobilidade ao capital financeiro, contribuíram para a crescente desvalorização da força de trabalho, por meio da ruptura de códigos de proteção ao trabalho assalariado formal (Balanco; Pinto, 2005).

De fato, trata-se de uma nova formatação de Estado, na qual ele assume a responsabilidade de assegurar estabilidade dos mercados financeiros, fornecendo-lhes cada vez mais uma fração crescente do orçamento público e outras benesses, em detrimento da esfera social e do trabalho (Nakatani; Herrera, 2010; Carcanholo, 2011). Segundo Sader (1999), esse é o chamado Estado “mini-max”, ou seja, que é mínimo para o trabalho e para os interesses da classe trabalhadora e máximo para o capital e para suas necessidades de expansão e valorização, como se pode perceber nos países que o adotaram. Sobre essa nova forma de organização e atuação do Estado, Miranda & Carcanholo (2020) discorreram da seguinte maneira:

Essa nova formatação do Estado se espalha pelo mundo, ainda que em ritmos e escalas distintas. Consuma-se em um movimento que, por um lado, abre enorme espaço para o capital sobreacumulado, favorecendo sua expansão fictícia através de um processo amplo de desregulamentação das atividades financeiras, aliadas a transformações legislativas que protegem os credores e impõem uma forma de administração da política econômica, voltada para o controle dos gastos não-financeiros do governo e de variáveis macroeconômicas chaves para a atividade especulativa, como a taxa de inflação. Por outro, isso implicou o descompromisso do Estado com gastos sociais, provisão de serviços públicos e investimentos em infraestrutura, o que abre enorme caminho para expansão do capital industrial, apoiado, ademais, por um conjunto de reformas contra o trabalho que pretendiam recompor a lucratividade (Miranda; Carcanholo, 2020a, p.05).

As primeiras experiências com esse “novo modelo de Estado” ocorreram já na década de 1970, no Chile (a partir de 1973), Uruguai (1974) e Argentina (1976). Destes países o Chile foi o pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea (Baruco; Carcanholo, 2006). Posteriormente, isso sucedeu na Inglaterra no governo de Margareth Thatcher, em 1979, nos Estados Unidos, com Ronald Reagan em 1980 e na Alemanha, com Helmut Kohl (1982). O modelo inglês é considerado o mais puro, uma vez que durante os governos de Thatcher as mudanças na política econômica atingiram sobremaneira a esfera social, tais como: a contração da emissão monetária, elevação as taxas de juros, redução dos controles sobre os fluxos financeiros, lançamento de um programa de privatização, legislação anti-sindical, cortes nos gastos sociais, etc. No caso



da economia norte-americana, ao contrário da Inglaterra, a prioridade neoliberal foi direcionada “mais no sentido da competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e derrubar o regime comunista na Rússia” (Anderson, 1995, p.12-13).

No final dos anos 1980, com a crise do socialismo real, em 1989, o neoliberalismo, que se contrapunha totalmente àquelas ideias e práticas, avançou rapidamente para outras regiões do globo, se inserindo nas entranhas das políticas econômicas mundiais. Nesse momento, as ideias e as suas práticas políticas foram incorporadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, de maneira que os países que recorreram a essas duas instituições foram inseridas nessa nova dinâmica, ainda que de forma involuntária (Baruco, 2011).

No caso brasileiro, último país da América Latina a adotar uma política neoliberal, essa ideologia foi inserida na política econômica nesse ínterim em que o crescimento com endividamento havia se tornado insustentável. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações e o fracasso dos planos de estabilização monetária – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão– uma reestruturação do Estado passou a ser vista pelo governo como uma necessidade (Filgueiras, 2005). Entretanto, isso começou a se concretizar inicialmente no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), e posteriormente, nos governos de Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)²¹, quando foram realizadas um conjunto de medidas liberalizantes que iam de encontro às diretrizes estabelecidas no Consenso de Washington²².

A partir da década de 1990 essa nova formatação de Estado se tornou hegemônica no mundo, o que garantiu ao capital uma maior liberdade, permitindo que o mesmo se movimentasse em âmbito internacional, por meio também da financeirização. Para o capital, isso rompeu as amarras das relações sociais, leis e regulamentações, que alimentavam a ilusão de que era possível prendê-lo e civilizá-lo. Assim, a acumulação passou a ocorrer, principalmente, através das “novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros cuja função [era] frutificar no interior da esfera financeira” (Chesnais, 1996, p. 15).

Esse movimento do capital em direção à financeirização, além de possibilitar a valorização global de ativos, facilitada pela flexibilização dos mercados financeiros e pelas instituições financeiras especializadas nesse tipo de negociação, se direcionou também à renda dos trabalhadores. A interação destes grandes grupos com famílias, bancos e

²¹ Nesses dois últimos essa transformação ficou mais evidente, haja vista o início do processo de desestatização; por meio da concessão e da privatização de empresas, uma intensa abertura comercial e financeira, dentre medidas tomadas pelo Estado regulador, as quais prezavam pela consolidação do receituário neoliberal no território nacional (Rodrigues, 2017).

²² No ano de 1989, foi realizada uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros, que ficou conhecida como Consenso de Washington. O consenso possuía um caráter tipicamente neoliberal e objetivava fornecer subsídios aos países da América Latina e para isto, propôs aos participantes a adoção de medidas que prezavam a redução da intervenção do Estado e abertura total dos mercados, como propunha o receituário neoliberal. Sobre o tema, ver BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino Americanos. In: Caderno Dívida Externa. N°6, PEDEX, São Paulo, 1994



outras instituições financeiras maiores, através da expropriação financeira²³, tem garantido a sua lucratividade, às custas de um maior endividamento dos trabalhadores (BRAGA, et al, 2017). Para essa classe, especificamente, o avanço da financeirização representou outras perdas acentuadas, inclusive no mercado de trabalho, tais como: (i) arrocho salarial puro e simples; (ii) maior destituição de direitos da classe trabalhadora como forma de reduzir o valor da força de trabalho; (iii) prolongamento da jornada e/ou da intensidade do trabalho, sem a correspondente elevação salarial; (iv) avanço na reestruturação produtiva, com implicações sobre a rotação do capital e jornada/intensidade do trabalho. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego. Em resumo, volta-se a carga de maior aprofundamento das reformas neoliberais nos mercados de trabalho, com o discurso mistificador de que isso reduziria o custo de contratação da mão-de-obra e elevaria o emprego (Carcanholo, 2011, p.14).

Essas e outras consequências severas que a atuação do Estado neoliberal trouxe para a classe trabalhadora desde o momento da implementação do “receiturário” revelam o seu verdadeiro vínculo com o capital. “Tempos depois, a incorporação de novos espaços de forte exploração do trabalho ao mundo do capital (os casos dos países da ex-União Soviética e da China) também o fortaleceram” (Carcanholo, 2009, p.52).

Em síntese, apesar de ter avançado pelas economias capitalistas mundiais, adquirindo adeptos nas diferentes partes do globo, o Estado neoliberal não logrou êxito na esfera econômica, como se pode ver na Tabela I.

De acordo com a tabela acima, o crescimento mundial em termos de PIB, quanto em PIB *per capita*, nos períodos da hegemonia liberal (1870-1913) e neoliberal (1973-1998) foi inferior àquele apresentado pelas economias nos anos dourados (1950-1973), quando o Estado capitalista criou uma macroestrutura e outras estratégias, baseadas no “compromisso keynesiano”. Nas regiões da Europa Ocidental, no Leste Europeu e em países, como o Japão, por exemplo, esses índices apresentaram as maiores quedas, se comparados aos demais.

Segundo Sader (2009), ainda que isso não represente a sua derrota, de fato, essa queda nos dois índices indicados nos revelam que, ao contrário do que garantiam os seus defensores, o neoliberalismo não se processou nos moldes prometidos. Isso contraria a principal premissa neoliberal, que enaltecia as vantagens de uma economia desregulada e a favor de uma menor intervenção estatal, suposto Estado mínimo.

²³ De acordo com Lapavistas (2009), a expropriação financeira é o resultado da extração de lucros bancários da classe trabalhadora, por meio de transferências diretas de receitas pessoais, o qual ocorre da seguinte forma. Para ter acesso à moradia, saúde, transportes, educação, etc., as famílias passaram a se relacionar com o sistema financeiro, através da tomada de empréstimos ou da detenção de ativos. Para uma maior compreensão do processo de expropriação, ver: BRAGA, J.C. *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas: IE/Unicamp, 2000; LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, Employment & Society*, v. 25, n. 4, p. 611– 626, 2011. LAPAVITSAS, C. *Profiting Without Producing: How Finance Exploits Us All*. London: Verso, 2013.

Tabela 1 - PIB per capita (%) e PIB: mundo, regiões e países (1870-1998)

	1870- 1913	1913- 1950	1950- 1973	1973- 1998
PIB per capita				
Europa Ocidental	1,32	0,76	4,08	1,78
Japão	1,48	0,89	8,05	2,34
Ásia (excluindo Japão)	0,38	-0,02	2,92	3,54
América Latina	1,81	1,42	2,52	0,99
Leste Europeu e Antiga URSS	1,15	1,50	3,49	-1,1
África	0,64	1,02	2,07	0,01
Mundo	1,30	0,91	2,93	1,33
PIB				
Europa Ocidental	2,10	1,19	4,81	2,11
Japão	2,44	2,21	9,29	2,97
Ásia (excluindo Japão)	0,94	0,90	5,18	5,46
América Latina	3,48	3,43	5,33	3,02
Leste Europeu e Antiga URSS	2,37	1,84	4,84	-0,56
África	1,40	2,69	4,45	2,74
Mundo	2,11	1,85	4,91	3,01

Fonte: Maddison, OECD, 2001, p. 127.

De fato, toda a argumentação ortodoxa a respeito das vantagens de uma economia pró-mercado, desregulamentada e com pouca intervenção estatal, é desmentida pelos fatos, ao menos no que se refere ao crescimento do PIB, taxa de desemprego. Ademais, a efetiva implementação das políticas neoliberais levou ao aumento da participação dos gastos governamentais como proporção do PIB. (Baruco; Carcanholo, 2006, p.14).

Para Balanco e Pinto (2005), essa estagnação econômica observada na maioria dos países avançados e periféricos, no período (1973-1998) está relacionada à queda dos investimentos produtivos privados e à redução dos gastos públicos e de consumo, que ocorreram nas últimas décadas em virtude da “hegemonia das finanças”. Esse processo ganhou força na década de 1990 e se intensificou rapidamente a partir dos anos 2000,



desencadeando uma série de impactos nas esferas econômica e social²⁴, os quais atingiram sobremaneira a classe trabalhadora, como pode ser observado nos últimos anos e, inclusive, na atual conjuntura.

Por esse motivo, qualquer tipo de análise realizada sobre o Estado neoliberal é tida como inconclusa e incapaz de captar todas as suas consequências finais. Afinal de contas, o neoliberalismo não se findou, de fato. Ele se mantém até os dias atuais como a verdadeira face do sistema capitalista no mundo contemporâneo. E é nele que se respalda todas as transformações sistêmicas que foram desencadeadas nesse ínterim, principalmente, após a fase de pandemia da COVID-19, quando o capitalismo mostrou toda a sua perversidade e capacidade de se reinventar, em busca da lucratividade.

Considerações finais

Historicamente, o Estado sempre esteve presente no processo de desenvolvimento capitalista, representando o principal aporte institucional e financeiro do capital. Entretanto, foi no pós-crise de 1929, e, principalmente, a partir do imediato Pós-segunda Guerra Mundial que isso ficou mais notório, haja vista as funções cada vez mais estratégicas que o mesmo passou a desempenhar nesse sentido.

Durante as décadas de 1950 e 1960, as ações do Estado capitalista basearam-se no chamado “compromisso keynesiano”, para criar mecanismos que pudessem possibilitar a retomada do processo de acumulação de capitais, sob a égide da economia norte-americana. Os resultados alcançados com tais esforços se consolidaram nos “anos dourados do capitalismo”, provocando o aumento dos índices de crescimento e produtividade capitalista.

A partir do final da década de 1970, uma nova formação de Estado se ascendeu e se espalhou pelo mundo nas décadas seguintes, através de um conjunto de reformas e instrumentos, que buscavam possibilitar a valorização do capital “superacumulado” e a reafirmação da hegemonia estadunidense: o Estado neoliberal. Essa volta do neoliberalismo à cena política e econômica significou, não apenas uma contraposição ideológica ao keynesianismo e ao Estado de Bem-Estar Social, mas uma resposta do capitalismo à crise que ele mesmo gestou ao longo do seu processo de desenvolvimento ininterrupto e contraditório.

Nesse novo contexto liberalizante, o capital fictício encontrou um “terreno fértil” para disseminar, com apoio do Estado neoliberal, suas práticas especulativas e aumentar a sua lucratividade, através da financeirização. Nesse sentido, apesar de alcançar poucos resultados na esfera econômica, as reformas instituídas pelo Estado neoliberal se mantiveram ao longo das décadas seguintes, trazendo enormes perdas para a esfera

²⁴ A crise do *subprime* de 2007-2008 se coloca como resultado desse processo. Os efeitos desta não atingiram apenas os Estados Unidos, eles se estenderam para as economias globais pelos anos seguintes, alcançando, sobretudo, as economias subdesenvolvidas, de forma a provocar uma queda nos índices de crescimento econômico, emprego etc. Para uma melhor compreensão dessa crise, ver: GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F.A. *Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil*. Belo Horizonte, 2011.



social. No mercado de trabalho, por exemplo, a desregulamentação que vem ocorrendo desde essa fase tem beneficiado cada vez mais o desenvolvimento de novas práticas que impulsionam a exploração da força de trabalho.

Em suma, essas mudanças que ocorreram no Estado e no seu papel, no sentido de favorecer o processo de acumulação de capital nesse período, contribuíram para aprofundar ainda mais as contradições do modo de produção vigente. Na atual fase do capitalismo, ainda marcada pelas consequências nefastas causadas pela crise pandêmica da COVID-19, elas se expressam mais abertamente, de maneira a reafirmar a importância do Estado, enquanto principal representante dos interesses do capital e das camadas historicamente privilegiadas.

Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BALANCO, P.; PINTO, E.C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. *Pesquisa & Debate*, SP, volume 18, número 1 (31) pp. 27-47, 2007.
- BALANCO, P.; PINTO, E.C. Padrões de desenvolvimento, funções estatais e endividamento no capitalismo contemporâneo. *Revista Análise Econômica*. Ano 23, n.º 44, setembro, 2005.
- BARUCO, G. C. *A Venezuela Contemporânea: do anitneoliberalismo ao anticapitalismo? Uma formação social em disputa hegemônica*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana – Instituto de Educação, UFRJ, 2011.
- BARUCO, G.C; CARCANHOLO, M. Crise dos Anos 1970 e as Contradições da Resposta Neoliberal. *Anais.. XI Encontro Nacional de Economia Política*, Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Vitória, 2006.
- BRAGA, J.C. et al. For a political economy of financialization: theory and evidence. *Economia e Sociedade*, v. 26, n. especial, 2017.
- BRENNER, R. *O boom e a bolha: os EUA na economia mundial*. Rio de Janeiro, Record. 2003.
- CAMPOS, F.A. *A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- CARCANHOLO, M. Conteúdo e Forma da Crise Atual do Capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. In: *Anais... Colóquio Nacional Marx e o Marxismo: teoria e prática*. Niterói, novembro de 2011.
- CARCANHOLO, R.A. A atual crise do capitalismo. *Crítica Marxista*, n.29, p.49-55, 2009.
- CARCANHOLO, R.A.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, Rio de Janeiro, n.º 24, p. 41-65, junho 2009.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e Sociedade*, Campinas, (5):1-30, dez.1995.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.



- DOS SANTOS, T. O Papel do Estado num Mundo em Globalização. *Textos para discussão*. Série I – Nº 20, 2002
- DUMÈNIL, G; LEVY, D. *Neoliberal dynamics: a new phase?*. Paris, Cepremap, 2004.
- EICHENGREEN, B. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FILGUEIRAS, L.A.M. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica*. Mimeo, 2005.
- GRAEFF, E. P. *Política de investimentos estrangeiros no pós-guerra: a Instrução nº 113 e as origens do “modelo associado*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- LAPAVITSAS, C. Financialised capitalism: crisis and financial expropriation. *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, p. 114-148, 2009.
- MADDISON, A. *World Economy - A Millennial Perspective*. Development Centre Seminars - OECD. 2001.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes, terceira edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MEDEIROS, C. A. The Political Economy of the Rise and Decline of Developmental States. *Panoeconomicus*, v. 58, p. 43-56, 201.
- MENDONÇA, A. *A Crise Económica e sua Forma Contemporânea*. Lisboa: Editorial Caminho S.A, 1990.
- MESZAROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MIRANDA, F. *Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx*, Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 240p. (Coleção NIEP-Marx; v.5).
- MIRANDA, F.; CARCANHOLO, M. D. *As “saídas” do capital para a crise do capital (ou, o que devemos enfrentar)*. Mimeo, 2020a.
- MIRANDA, F.; CARCANHOLO, M. D. *Crise do capital, ultraliberalismo e coronavírus*. Mimeo, 2020b.
- NAKATANI, P.; HERRERA, R. Crise financeira... ou de superprodução? In: *Anais... Encontro Nacional de Economia Política*, n. 15, UFMA, São Luís, jun./2010.
- OLIVEIRA, C.A.B. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- PANITCH, L.; GINDIN, S. Capitalismo global e império norte-americano. In: PANITCH, L. e LEYS, C. *Socialist Register 2004*. 4: O novo desafio imperial. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- PAULANI, L.M. Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 26, nº 1 (101), pp. 3-22 janeiro-março/2006.
- PEREIRA, L. R. *Supremacia norte-americana e a gênese da ordem global: crítica ao mito dos “anos dourados” à luz dos imperativos imperialistas estadunidenses*. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- RIBEIRO, N.; MENDONÇA, A. A crise econômica atual: um ensaio de interpretação marxista. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, p. 50-70, out./dez. 1986.



RODRIGUES, C.H.L. *Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)*. Campinas: 2017. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

RODRIGUES, C.H.L. A gênese do neoliberalismo no Brasil: uma análise dos ajustes da SEST. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 3 (76), p. 553-578, setembro-dezembro 2022.

SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, E. Estado e Democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In: SADER, S; GENTILI, P. (Org). *Pós-Neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Petrópolis, Vozes, 1999.